



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



LUCAS VILOBALDO SANTOS SOUZA

**OS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR NA ERA
DA INFORMAÇÃO**

GOIÂNIA-GO

2025

LUCAS VILOBALDO SANTOS SOUZA

**OS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR NA ERA
DA INFORMAÇÃO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Luana Vespucci Silva Santos.

GOIÂNIA-GO

2025

OS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR NA ERA DA INFORMAÇÃO

THE CHALLENGES OF MILITARY POLICE INTELLIGENCE IN THE INFORMATION AGE

Lucas Vilobaldo Santos Souza¹

Luana Vespucci Silva Santos²

Resumo

O presente estudo analisa os principais desafios enfrentados pela inteligência policial militar na Era da Informação, com foco na realidade da Polícia Militar de Goiás. A pesquisa teve como objetivo identificar os impactos das transformações tecnológicas sobre as atividades de inteligência e compreender como esses fatores influenciam a eficácia das ações de segurança pública. A metodologia adotada foi quantitativa, com aplicação de questionário estruturado a policiais militares atuantes ou com experiência em setores de inteligência, complementada por revisão bibliográfica. Os resultados apontam que a maioria dos respondentes recebeu capacitação técnica e reconhece a importância da integração entre a inteligência e os setores operacionais. Destacam-se como avanços a utilização de sistemas como SINESP e RAI, considerados eficazes para o planejamento estratégico. Entretanto, os participantes também identificaram entraves, como o excesso de burocracia, dificuldade de acesso a dados atualizados, falta de integração entre sistemas e carência de investimentos em tecnologia. Conclui-se que, apesar dos avanços, a superação dos desafios ainda exige investimentos contínuos em capacitação, infraestrutura tecnológica e gestão integrada da informação.

Palavras-chave: Inteligência Policial; Polícia Militar; Tecnologias da Informação.

Abstract

This study analyzes the main challenges faced by military police intelligence in the Information Age, focusing on the reality of the Military Police of Goiás. The research aimed to identify the impacts of technological transformations on intelligence activities and understand how these factors influence the effectiveness of public security actions. The methodology adopted was quantitative, with a structured questionnaire administered to military police officers currently working or with experience in intelligence sectors, supplemented by a literature review. The results indicate that most respondents have received technical training and recognize the importance of integration between intelligence and operational sectors. Advances include the use of systems such as SINESP and RAI, considered effective for strategic planning. However, participants also identified obstacles such as excessive bureaucracy, difficulty accessing updated data, lack of integration between systems, and lack of investment in technology. The conclusion is that, despite the advances, overcoming these challenges still requires continued investment in training, technological infrastructure, and integrated information management.

Keywords: Police Intelligence; Military Police; Information Technology.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 3º Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: lucasvilobaldo@gmail.com. Telefone: (61) 98548-8123.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduada em Direito e Especialista em Direito Militar e em Polícia e Segurança Pública. E-mail: lvespucciss@gmail.com. Telefone: (62) 98624-5939.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, marcada pelo avanço tecnológico e pela instantaneidade na circulação de informações, a atuação das instituições de segurança pública enfrenta novos e complexos desafios. A Inteligência Policial Militar, nesse contexto, assume um papel cada vez mais estratégico no enfrentamento à criminalidade, exigindo uma atuação técnica, analítica e proativa. Conforme destaca Gonçalves (2018), o advento da chamada "Era da Informação" transformou as dinâmicas sociais, afetando diretamente os métodos tradicionais de investigação, monitoramento e prevenção de crimes. O acesso massivo a dados, redes sociais e dispositivos digitais impõe à Polícia Militar a necessidade de qualificação constante de seus profissionais, além da reestruturação de seus processos internos.

Ao mesmo tempo em que a sociedade se digitaliza, as organizações criminosas também utilizam as tecnologias emergentes para se estruturar, operar e expandir suas atividades. Diante disso, a Inteligência Policial Militar precisa desenvolver mecanismos eficazes de filtragem, análise e aplicação de informações, transformando dados brutos em conhecimento estratégico. Para Moraes (2025), embora estudos anteriores ressaltem a importância da integração entre setores de inteligência e o uso de recursos tecnológicos, ainda persistem lacunas quanto à sua aplicabilidade prática, especialmente na realidade operacional das corporações brasileiras.

Esse cenário revela a importância da presente pesquisa, que tem como foco analisar os principais desafios enfrentados pela Inteligência Policial Militar na Era da Informação, com destaque para a Polícia Militar de Goiás. A compreensão desses desafios é fundamental para o aprimoramento das ações de segurança pública, permitindo maior efetividade tanto na prevenção quanto na repressão ao crime. Além disso, ao investigar as dificuldades enfrentadas pelos órgãos de inteligência, como a escassez de capacitação técnica, a falta de integração entre sistemas e a subutilização de tecnologias pretende-se propor reflexões que possam orientar políticas públicas mais eficientes.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os principais desafios enfrentados pela Inteligência Policial Militar na Era da Informação, com ênfase na Polícia Militar de Goiás, e compreender de que forma esses obstáculos impactam a eficácia das ações de segurança pública. Para isso, foram definidos dois objetivos específicos: (1) identificar as transformações ocorridas na atividade de inteligência policial com o advento da Era da Informação; e (2) investigar as principais dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar de Goiás no uso de tecnologias e dados informacionais em suas operações de inteligência.

A metodologia adotada será de caráter misto, com predominância na abordagem quantitativa, alinhado com a revisão bibliográfica. A pesquisa também poderá recorrer, se viável, a entrevistas semiestruturadas com profissionais da área, buscando compreender as dificuldades cotidianas enfrentadas no uso da informação como instrumento de combate ao crime.

Por fim, este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, o segundo capítulo apresenta o referencial teórico, abordando as transformações tecnológicas no ambiente policial, o papel do SINESP na integração das informações de segurança pública e a importância do Registro de Atendimento Integrado. O terceiro capítulo descreve a metodologia adotada para a realização da pesquisa. O quarto capítulo traz os resultados e discussões obtidos a partir da análise de dados e da revisão teórica. Por fim, o quinto capítulo apresenta a conclusão do estudo, com destaque para os principais achados e sugestões para o fortalecimento da inteligência policial na Polícia Militar de Goiás.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 TECNOLOGIA E O AMBIENTE POLICIAL

Ao longo da história, os humanos têm demonstrado uma busca constante pelo conhecimento, investigando diligentemente os meandros da vida e esforçando-se incansavelmente para satisfazer suas necessidades essenciais, particularmente em termos de sobrevivência e segurança (Paula; Dandolini; Souza, 2012).

Assim, ao longo do tempo, houve um crescimento constante no surgimento e avanço de diversas tecnologias que desempenham um papel crucial no desenvolvimento das redes de conhecimento. Essas redes aprimoraram significativamente as atividades de inteligência e se mostraram essenciais para aumentar a eficácia das ações e planos de segurança pública (Gonçalves, 2018).

Desde a década de 1990, vários campos iniciaram um ciclo de inovação tecnológica, levando à aplicação generalizada da tecnologia digital. Neste período destaca-se a crescente utilização de tecnologias modernas, com o objetivo de facilitar a tomada de decisões e desempenhar um importante papel estratégico (Gonçalves, 2018).

Na era moderna, a utilização de dispositivos tecnológicos dentro de uma empresa é essencial para a coleta, armazenamento, processamento e organização de dados e conhecimento. A confiança nestas ferramentas tornou-se necessária para a execução eficaz de

inúmeras campanhas. Isso deve ter maior confiabilidade e desempenho superior ao oferecido (Greco; Martins, 2021).

A implementação da tecnologia nos contextos policiais provoca uma transformação significativa na forma como as forças de segurança lidam com os desafios na aplicação da lei. Tecnologias avançadas, como inteligência artificial, análise de dados, reconhecimento facial e monitoramento por câmeras, proporcionam à polícia uma visão mais abrangente e precisa da dinâmica do crime. Essas ferramentas não apenas melhoram as capacidades de resposta, mas também são recomendadas para prevenção, identificação de padrões e previsão de tendências criminosas (Greco; Martins, 2021).

Com isso, a intenção por trás dos avanços tecnológicos em informação e comunicação dentro de sistemas baseados em conhecimento é aprimorar as operações policiais, fornecer orientação e melhorar a eficácia e a precisão das ações preventivas e de resolução de problemas (Paula; Dandolini; Souza, 2012).

Esses avanços tecnológicos atendem a uma série de propósitos, como auxiliar investigações criminais, fornecer inteligência às autoridades policiais, facilitar análises forenses e criminais, apoiar esforços de defesa civil, habilitar centros de operações de emergência, auxiliar na identificação de crimes e sistemas prisionais e estabelecer sistemas de informações tanto para a polícia judiciária como para a polícia administrativa problemas (Paula; Dandolini; Souza, 2012).

Com esta informação em mente, são determinadas prioridades e abordagens específicas para a melhoria destes serviços, garantindo que a qualidade dos serviços permaneça intacta, ao mesmo tempo que reduz os custos operacionais. Na última análise, estes fatores, juntamente com outros, são recomendados para melhorar o policiamento de rua problemas (Paula; Dandolini; Souza, 2012).

Assim, a integração da tecnologia nas operações de aplicação da lei focada na segurança pública leva a várias melhorias, incluindo a otimização da utilização de recursos, a minimização de ineficiências e a coordenação eficaz de eventos e horários (Gonçalves, 2009).

A tecnologia também desempenha um papel vital no aumento da transparência e na construção de confiança nas comunidades. Por exemplo, as câmaras corporais podem fornecer uma visão objetiva das interações entre a polícia e os cidadãos e promover a responsabilização (Peres, 2016).

No entanto, é importante considerar que a incorporação da tecnologia nos ambientes policiais cria desafios éticos e questões de privacidade que precisam de ser cuidadosamente geridos. Equilibrar o uso eficaz da tecnologia com a proteção dos direitos

individuais é uma consideração fundamental que a aplicação da lei deve enfrentar (Peres, 2016).

Contudo, à medida que a tecnologia evolui, destaca-se um duplo desafio: enquanto a capacidade da polícia para inovar e adaptar-se configura uma vantagem estratégica, a ausência de políticas públicas consolidadas para normatizar o uso ético e eficaz dessas tecnologias pode comprometer os resultados esperados. A análise preditiva e a automatização de processos, por exemplo, requerem capacitação constante e avaliação crítica de seus impactos, sobretudo na preservação de direitos fundamentais.

2.2 O PAPEL DO SINESP NA ESTRUTURAÇÃO DA BASE NACIONAL DE DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) se tornou um importante canal para o Brasil criar um banco de dados fora do âmbito da segurança pública nacional. Seu papel é fundamental e planejado na integração de informações, auxiliando na análise e aprimorando a tomada de decisões da polícia, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas de segurança.

Com essa base em mente, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, atuando sob o governo federal, iniciou de forma proativa a criação de uma estrutura nacional abrangente para a gestão de informações. O principal objetivo deste arcabouço é simplificar a produção, coleta, sistematização e acessibilidade de informações relacionadas à segurança pública, em parceria com as unidades federais (Oliveira; Santos, 2020).

Dessa forma, para Honorário Filho e Costa (2019), a Lei nº 12.681 institui o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública, Prisões, Armas e Munições, Material Genético, Impressões Digitais e Rastreabilidade de Drogas (Sinesp) em 2012. O Sinesp atua como uma plataforma de informações abrangente que facilita consultoria empresarial, estratégias investigativas e de pesquisa, e colaboração com entes federais para eficácia implementada.

Mais do que um banco de dados, o Sinesp representa um marco institucional na busca por integração e interoperabilidade entre os entes federativos. No entanto, sua eficácia ainda é comprometida por disparidades regionais na adesão tecnológica, revelando que a centralização das informações exige não apenas sistemas compatíveis, mas também uma governança federativa capaz de superar barreiras políticas e operacionais (Brasil, 2018).

O Sinesp não é apenas um local para armazenamento de dados; ele funciona como um extenso sistema de informação tecnológica utilizado no campo da segurança pública. Seu objetivo é gerar conhecimento por meio de diversas ferramentas, incluindo a divulgação de dados, pesquisas e outros textos informativos. Os objetivos estabelecidos para o Sinesp retornam à Lei do Sistema Único de Segurança Pública (Brasil, 2018).

Os principais objetivos do artigo 36 do Sinesp abrangem uma série de atribuições, incluindo a coleta, análise e interpretação de dados e informações relacionadas às políticas de segurança pública e defesa social. Além disso, envolve o fornecimento de pesquisas, estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Além disso, visa facilitar a integração de informações de diversas redes e sistemas de dados, como aqueles relacionados à segurança pública, previdência social, justiça criminal, prisões e controle de drogas. IV - Garantir a integridade dos dados e sistemas de informação, de acordo com os padrões estabelecidos pelo Comitê de Gestão da Interoperabilidade (Brasil, 2018).

Segundo Honorário Filho e Costa (2019), o Sinesp não oferece apenas análises avaliativas dos resultados, mas também visam inspirar a criação de relatórios descritivos e qualitativos sobre ações e políticas realizadas pelo governo brasileiro. O objetivo desses dados é fomentar a geração de conhecimento e auxiliar na formulação de políticas nacionais, bem como financiar o estabelecimento de métodos mais técnicos e imparciais de alocação de recursos aos entes federais.

O Sinesp envolve a criação de um banco de dados nacional abrangente com foco em segurança pública, que incorpora informações de bancos de dados estaduais e órgãos federais. No entanto, o desenvolvimento de um tal sistema que prevê a cooperação total de todas as entidades governamentais liderou um desafio inicial significativo, conforme exigido pela legislação: a existência de diversas culturas, tecnologias, abordagens e ciências financeiras (Sousa, 2018).

Portanto, é imperativo que o Sinesp estabeleça um mecanismo por meio de quais estados com sistemas existentes de registro de eventos possam transmitir seus dados de maneira transparente para uma plataforma centralizada de integração do Sinesp. Além disso, o Sinesp deverá oferecer um sistema de cadastro para os estados que atualmente não os possuem. O Sinesp conta com o programa Polícia Eletrônica em seu repertório (Sousa, 2018).

Por sua vez, as unidades federativas podem acessar os dados da base de dados do Sinesp por meio de consultas por aplicativos de natureza operacional/investigativa (como Sinesp Infoseg e Sinesp Agente de Campo) ou por aplicativos de natureza analítica (como Sinesp Análise).

Por último, o Sinesp desempenha um papel significativo na organização do banco de dados nacional de segurança pública no Brasil. Sua capacidade de reunir, padronizar e fornecer acesso à informação é essencial para possibilitar a eficiência operacional, a clareza e a melhoria na tomada de decisões. Ao concentrar esforços em aprimorar e fortalecer continuamente o Sinesp, estamos essencialmente investindo na melhoria constante da segurança pública em todo o país.

2.3 REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO

Desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO) em colaboração com todos os órgãos de segurança pública do estado, o RAI é um sistema eletrônico totalmente automatizado projetado para documentar ocorrências. Essa ferramenta inovadora continua avançando, proporcionando comodidade tanto para os policiais quanto para a comunidade em geral, alinhando-se aos serviços de segurança do país (Policia Militar, 2024).

Conforme a Policia Militar (2024), ao utilizar princípios econômicos, a produção e documentação de incidentes policiais podem ser alcançadas de uma forma rentável. Ao adotar esta abordagem, as despesas diminuem significativamente, ao mesmo tempo que fornece uma grande variedade de informações adicionais, incluindo a opção de fixação de fotos. Além disso, os agentes da lei têm a comodidade de acessar os relatórios eletrônicos de incidentes a partir de qualquer local, seja através de um computador conectado à Internet ou mesmo de um smartphone ou tablet.

De acordo com Policia Militar (2024), empregando princípios econômicos, a utilização deste método revela-se uma abordagem eficiente e econômica para documentar e arquivar incidentes policiais. Ao incorporar anexos de fotos e fornecer acesso a registros eletrônicos de qualquer local, não apenas aumenta o nível de informação disponível, mas também minimiza despesas. Seja um computador conectado à internet ou mesmo um smartphone ou tablet, esses dispositivos são tudo o que você precisa para utilizar este sistema.

A RAI serve de base à plataforma PSI e irá revolucionar a forma como as forças de segurança lidam com incidentes, a partir do momento em que um crime é denunciado ou detetado. Este avanço tecnológico representa mais do que apenas uma mudança; significa uma mudança completa na forma como as coisas são feitas, impactando, em última análise, a cultura organizacional das forças de segurança (Policia Militar, 2024).

Em 2016, foi criado o sistema RAI com o objetivo principal de atualizar a rede de segurança de Goiás por meio da implementação de soluções inteligentes. As potenciais vantagens desta ferramenta são notáveis, pois permite que os profissionais envolvidos em incidentes poupem tempo e aumentem a produtividade. Além disso, os indivíduos que já não têm de lidar com múltiplos incidentes também podem colher os benefícios (Polícia Militar, 2024).

Para dar maior clareza à ferramenta RAI, o Serviço de Segurança Pública (SSP) disponibilizou em seu site a definição do novo objetivo técnico, permitindo que o público acesse e compreenda melhores suas dúvidas sobre o funcionamento do processo e conduta (Polícia Militar, 2024).

Por fim, o objetivo da criação da RAI foi permitir que as diversas entidades que compõem o Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle (CIICC) ou utilizassem ou, caso possuíssem sistemas próprios, se integrassem perfeitamente com novos softwares, facilitando a troca automática de dados em ritmo real. Com a implementação deste programa, a RAI consolida informações sobre atendimentos e incidentes em um local centralizado, garantindo aos órgãos de segurança pública de todo o estado de Goiás acesso instantâneo a uma visão abrangente de todas as atividades criminosas em ocorrência.

3 METODOLOGIA

Este estudo segue uma abordagem quantitativa, complementada por uma revisão bibliográfica sistemática, com o objetivo de analisar os desafios operacionais enfrentados pela Inteligência Policial Militar na Era da Informação, focalizando a realidade da Polícia Militar de Goiás. A pesquisa foi realizada entre maio a agosto de 2025, buscando conciliar dados objetivos sobre uso de tecnologia e integração de sistemas com percepções dos profissionais envolvidos nas atividades de inteligência.

Inicialmente, procedeu-se a uma revisão bibliográfica sistemática em bases como Google Acadêmico, Scielo, REBESP e periódicos especializados em inteligência e segurança pública. Buscou-se localizar estudos sobre métodos de coleta e análise de dados, integração tecnológica e desempenho de sistemas de inteligência. A revisão seguiu padrões consolidados, semelhantes aos aplicados em estudos quantitativos anteriores voltados à avaliação da presença policial e à eficácia de sistemas de inteligência.

Em seguida, aplicou-se um questionário estruturado via *Google Forms*, direcionado a policiais militares da unidade de inteligência e a oficiais que atuam em operações estratégicas

da PMGO. O instrumento contou com perguntas fechadas relativas ao uso de ferramentas tecnológicas (como SINESP e RAI), integração de sistemas, capacitação técnica, segurança de dados e percepção sobre a efetividade das ações de inteligência. Esse tipo de coleta é assumido em pesquisas quantitativas na criminologia por fornecer dados mensuráveis sem depender de opiniões subjetivas.

A população-alvo inclui policiais militares lotados em setores de inteligência ou diretamente envolvidos com operações analíticas na capital e regiões metropolitanas de Goiás. A amostra foi definida por conveniência, considerando a disponibilidade e consentimento dos participantes. Antes do início da coleta, todos foram informados dos objetivos e garantido anonimato, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme padrões éticos aplicáveis a pesquisas com servidores públicos.

Os dados coletados foram organizados em planilhas e analisados por estatística descritiva: frequências, médias e gráficos, permitindo identificar padrões de uso das tecnologias, nível de integração e percepção de eficácia. Buscou-se também estabelecer correlações entre variáveis como nível de capacitação, modo de implementação dos sistemas, proteção de dados e eficácia operacional. Para a discussão, os resultados empíricos foram confrontados com as descobertas da revisão bibliográfica, explorando convergências e discrepâncias.

Espera-se que os resultados forneçam subsídios práticos e teóricos para aprimorar as práticas de inteligência na PMGO, indicando necessidades de investimento em tecnologia, capacitação, integração intersistemas e segurança da informação. Além disso, contribuirão ao debate acadêmico por trazer dados primários sobre o uso da inteligência policial militar no contexto da Era da Informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

O estudo foi composto por um grupo de 43 participantes, especificamente policiais militares, que preencheram individualmente um questionário elaborado por meio do *Google Forms*. Esta recolha de dados ocorreu durante um período de dois meses, de junho a julho de 2025, e todos os participantes responderam com sucesso ao questionário.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variaveis	n	%
Graduação		
Soldado	28	65,1
Cabo	9	20,9
1º Sargento a 3º Sargento	3	7
Subtenente	0	0
Oficial	3	7
2º Tenente a 1º Tenente	0	0
Capitão/ Major	0	0
Tenente Coronel/ Coronel	0	0
Sexo		
Masculino	36	85,7
Feminino	6	14,3
Tempo de serviço na PM		
01-05 anos	27	62,8
06-10 anos	9	20,9
11-20 anos	1	2,3
21-30 anos	4	9,3
>30anos	2	4,7
Tipo de Atividade na PMGO		
Administrativa	11	25,6
Operacional	32	74,4

Legenda: n = quantidade da amostra.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2025).

A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra composta por policiais militares participantes da pesquisa. Em relação à graduação, observa-se que a maioria é formada por soldados, representando 65,1% da amostra. Cabos compõem 20,9%, enquanto sargentos (1º a 3º) correspondem a 7% e oficiais também representam 7%. Não houve participantes nas demais graduações, como subtenentes, tenentes, capitães, majores ou coronéis.

Quanto ao sexo, verifica-se uma predominância do público masculino, com 85,7%, enquanto o público feminino representa 14,3% dos respondentes. Em relação ao tempo de serviço na Polícia Militar, a maior parte dos participantes 62,8% possui entre 1 a 5 anos de atuação. Seguem-se os que têm entre 6 a 10 anos 20,9%, de 21 a 30 anos 9,3%, mais de 30 anos 4,7% e, por fim, um único participante 2,3% com tempo de serviço entre 11 e 20 anos.

No que diz respeito ao tipo de atividade exercida na PMGO, a maioria dos respondentes 74,4% atua em atividades operacionais, enquanto 25,6% desenvolvem funções administrativas. Esses dados revelam o perfil predominante de policiais com menor tempo de serviço, atuando majoritariamente na linha de frente das ações policiais, com forte presença

da graduação de soldado. Isso permite compreender melhor o contexto funcional dos participantes e sua vivência prática direta nas estratégias de policiamento ostensivo.

4.2 PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA POLICIAL

Tabela 2 - Você atua ou já atuou em setor de inteligência da PMGO.

Classificação	n	%
Sim	37	86
Não	6	14
Total	43	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

As opiniões dos participantes quanto à atuação em setores de inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás estão apresentadas na Tabela 2. A maioria expressiva dos respondentes, representando 86% dos entrevistados, afirmou que atua ou já atuou em setores de inteligência da corporação, enquanto apenas 14% disseram não possuir experiência nessa área. Esses resultados refletem um elevado grau de familiaridade entre os participantes com práticas e metodologias de análise estratégica no âmbito da segurança pública.

Dessa forma, a atuação no setor de inteligência representa uma dimensão importante da atividade policial, voltada à coleta, interpretação e produção de informações capazes de subsidiar ações preventivas e operacionais. Policiais com esse tipo de experiência tendem a desenvolver um olhar mais técnico e analítico sobre os fenômenos criminais, ampliando sua capacidade de atuação de forma estratégica, eficaz e alinhada aos princípios da antecipação e do planejamento.

Esse cenário demonstra a valorização da inteligência policial como ferramenta complementar ao policiamento ostensivo. A integração entre os dois campos favorece a elaboração de operações mais precisas, o direcionamento de recursos de forma eficiente e o aumento da efetividade na repressão e prevenção da criminalidade. Além disso, revela o compromisso da instituição em formar profissionais capacitados para enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública com base em informação qualificada e ações fundamentadas (Jorge, 2022).

Tabela 3 - Você já recebeu capacitação técnica específica em inteligência policial.

Classificação	n	%
Sim	34	79,1
Não	9	20,9

Total	43	100
-------	----	-----

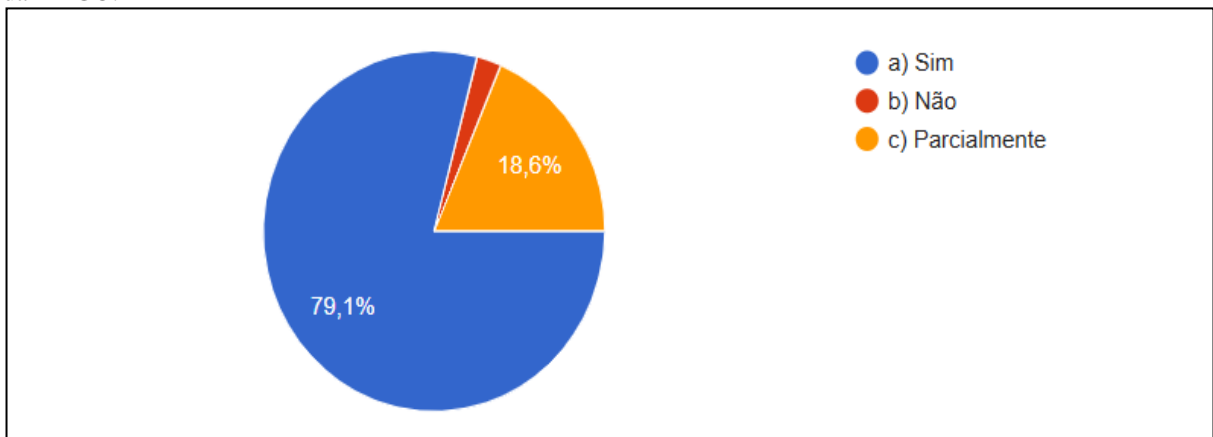
Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Conforme apresentado na Tabela 3, a maioria dos participantes da pesquisa 79,1% afirmou já ter recebido capacitação técnica específica em inteligência policial, enquanto apenas 20,9% responderam negativamente. Esse dado indica que uma parcela significativa dos profissionais consultados teve acesso a treinamentos voltados para o aprimoramento das práticas de coleta, análise e utilização de informações estratégicas no contexto da segurança pública.

A expressiva proporção de respondentes capacitados evidencia a valorização da qualificação técnica na área de inteligência policial, aspecto essencial para o enfrentamento eficaz da criminalidade. A formação específica permite que os agentes atuem de maneira mais precisa e eficiente na antecipação de delitos, na identificação de ameaças e na tomada de decisões baseadas em dados concretos.

Esse número indica que a maioria dos policiais está familiarizada com procedimentos de análise e tratamento da informação, reforçando a valorização da qualificação profissional. Como ressalta Moraes (2025), a disseminação de conhecimentos estratégicos fortalece a capacidade institucional de antecipar ameaças, otimizar recursos e modernizar práticas investigativas. O Gráfico 1 complementa esses achados ao demonstrar que 79,1% dos respondentes percebem a atuação da inteligência integrada aos demais setores operacionais da PMGO, enquanto 18,6% afirmam que essa integração ocorre de forma parcial e apenas 2,3% não identificam articulação entre as áreas.

Gráfico 1: Em sua experiência, a atuação da inteligência policial está integrada aos demais setores operacionais da PMGO.



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 1, observa-se que a maioria significativa dos participantes 79,1% afirmou que, em sua experiência, a atuação da inteligência policial está integrada aos demais setores operacionais da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Essa percepção indica uma forte articulação entre os setores de inteligência e as demais unidades operacionais, o que contribui para uma atuação mais estratégica, eficiente e alinhada às necessidades do serviço policial.

Uma parcela menor, correspondente a 18,6% dos respondentes, relatou que essa integração ocorre apenas de forma parcial. Esse dado revela que, apesar dos avanços, ainda existem desafios na consolidação de uma comunicação plena e contínua entre os setores, o que pode limitar o aproveitamento integral das informações produzidas pela inteligência.

Dessa forma, apenas 2,3% dos participantes afirmaram que não há integração entre a inteligência policial e os demais setores operacionais, o que representa uma minoria pontual. No entanto, esse percentual não deve ser desconsiderado, pois pode apontar para falhas pontuais de articulação ou dificuldades estruturais e organizacionais em determinadas regiões ou unidades da PMGO.

Esse dado é relevante porque confirma que, para a maioria, a inteligência não atua isolada, mas articulada às atividades ostensivas. Jorge (2022) enfatiza que a integração entre inteligência e operações é indispensável para ações mais rápidas e fundamentadas em evidências, evitando improvisações e favorecendo a prevenção. Dessa forma, os resultados deste subcapítulo demonstram que os policiais pesquisados reconhecem a importância da inteligência como apoio indispensável às operações da PMGO, tanto pela experiência prática quanto pela capacitação recebida. Isso responde diretamente ao objetivo da pesquisa de verificar a valorização da inteligência policial no contexto da segurança pública goiana.

Tabela 4 - Como você avalia o uso atual de tecnologias (como SINESP, RAI, sistemas analíticos etc.) na inteligência policial da PMGO.

Classificação	n	%
Muito eficaz	26	60,5
Parcialmente eficaz	13	30,2
Ineficaz	0	0
Não sei informar	4	9,3
Total	43	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, a maioria dos participantes 60,5% avalia o uso atual de tecnologias, como SINESP, RAI e sistemas analíticos, na inteligência

policial da Polícia Militar de Goiás (PMGO) como muito eficaz. Esse resultado evidencia que as ferramentas tecnológicas têm desempenhado um papel relevante no aprimoramento das atividades de inteligência, contribuindo para a eficiência na coleta, cruzamento e análise de dados estratégicos.

Já, um percentual considerável dos respondentes 30,2% considera o uso dessas tecnologias parcialmente eficaz, o que indica que, embora reconheçam avanços, ainda há pontos a serem aprimorados, seja na integração entre os sistemas, na capacitação técnica dos usuários ou na infraestrutura tecnológica disponível.

Importante destacar que nenhum dos participantes classificou o uso das tecnologias como ineficaz, o que demonstra uma avaliação amplamente positiva quanto à contribuição das ferramentas digitais para as ações de inteligência. Por outro lado, 9,3% dos entrevistados afirmaram não saber informar, o que pode refletir a falta de familiaridade ou de acesso direto aos sistemas tecnológicos por parte de alguns profissionais.

Por fim, esses dados sugerem que a PMGO tem avançado na incorporação de tecnologias voltadas à inteligência policial, fortalecendo a capacidade de antecipação, prevenção e resposta frente à criminalidade. No entanto, conforme aponta Moraes (2025), para que essas ferramentas cumpram plenamente sua função estratégica, é necessário garantir investimentos contínuos em inovação, treinamento dos agentes e integração entre sistemas, promovendo uma atuação mais precisa, articulada e orientada por dados.

4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA POLICIAL

Apesar do reconhecimento da relevância da atividade de inteligência e do avanço tecnológico já incorporado às práticas da Polícia Militar, ainda persistem obstáculos significativos que comprometem a plena efetividade desse setor. Esses desafios estão relacionados tanto a fatores estruturais, como a dificuldade de acesso a dados atualizados, quanto a questões organizacionais. A seguir, a Tabela 5 apresenta a percepção dos policiais militares participantes da pesquisa quanto aos principais entraves enfrentados no cotidiano da inteligência policial.

Tabela 5 - Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pela inteligência policial militar atualmente. (Marque até duas opções).

Classificação	n	%
Falta de capacitação técnica especializada	11	26,2
Falta de integração entre sistemas	12	28,6

Baixo investimento em tecnologia	10	23,8
Resistência interna à modernização	5	11,9
Dificuldade de acesso a dados atualizados	22	52,4
Excesso de burocracia	22	52,4
Total	86	200

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A Tabela 5 apresenta a percepção dos participantes sobre os principais desafios enfrentados atualmente pela inteligência policial militar, permitindo múltiplas respostas, sendo até duas opções por participante, totalizando 86 menções.

Os dois desafios mais citados, cada um com 22 indicações 52,4%, foram a dificuldade de acesso a dados atualizados e o excesso de burocracia. Esses dados sugerem que, apesar dos avanços tecnológicos, ainda há entraves significativos relacionados à fluidez e à agilidade das informações, o que pode comprometer a eficiência das ações de inteligência. A burocracia excessiva, por sua vez, pode limitar a capacidade de resposta rápida e dificultar processos internos.

Em seguida, aparece a falta de integração entre sistemas, mencionada por 28,6% dos participantes, apontando a necessidade de maior conectividade e interoperabilidade entre as plataformas utilizadas pelas diferentes áreas da Polícia Militar. Além disso, a falta de capacitação técnica especializada também foi um ponto relevante, sendo mencionada por 26,2%, o que reforça a importância da formação continuada dos profissionais que atuam na inteligência.

O baixo investimento em tecnologia, citado por 23,8%, indica que ainda existem limitações estruturais no que diz respeito à modernização dos equipamentos e sistemas utilizados. Por fim, a resistência interna à modernização foi apontada por 11,9% dos respondentes, sugerindo que barreiras culturais e institucionais ainda dificultam a plena implementação de práticas mais atualizadas.

Esses resultados dialogam com Oliveira e Santos (2020), que ressaltam a necessidade de integração sistêmica para potencializar o uso da informação estratégica. Do mesmo modo, Moraes (2025) aponta que os entraves burocráticos e a carência de dados atualizados reduzem a efetividade da inteligência, gerando ações mais reativas do que preventivas. Já Gonçalves (2018) observa que a ausência de investimentos contínuos em tecnologia compromete a capacidade da polícia de acompanhar a velocidade das transformações da Era da Informação.

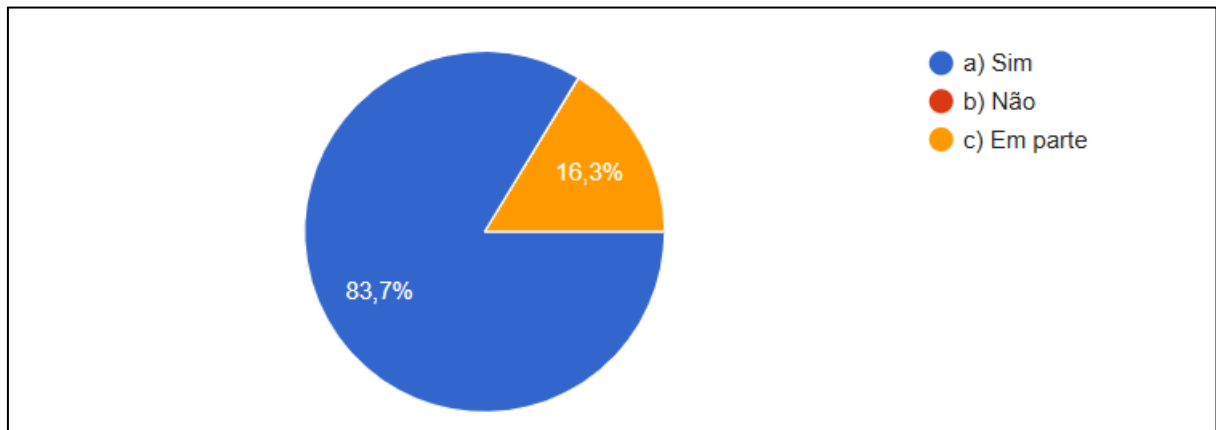
Portanto, este subcapítulo evidencia que, embora haja reconhecimento da importância da inteligência policial e avanços no uso de tecnologias, persistem obstáculos

estruturais e organizacionais que limitam sua plena efetividade. Esses resultados respondem ao objetivo específico da pesquisa ao identificar as principais dificuldades enfrentadas pela PMGO no uso de informações estratégicas, destacando a necessidade de superar a burocracia, integrar sistemas e investir em tecnologia e capacitação para fortalecer a atuação da inteligência.

4.4 USO ESTRATÉGICO DA INFORMAÇÃO E INTERAÇÃO COMUNITÁRIA

Superados parcialmente os entraves, observa-se que as informações produzidas pela inteligência policial vêm sendo aplicadas de maneira estratégica no planejamento e execução das operações da PMGO. O uso de tecnologias, relatórios e sistemas digitais tem contribuído para maior eficácia das ações e fortalecido a capacidade preventiva e repressiva da instituição. Além disso, o emprego adequado da informação estratégica reforça a interação entre polícia e comunidade, uma vez que possibilita intervenções mais direcionadas e alinhadas às demandas sociais. Os gráficos e tabelas a seguir ilustram como os policiais percebem essa utilização prática da inteligência no contexto da segurança pública.

Gráfico 2: Você considera que os dados obtidos pela inteligência são, de fato, utilizados de forma estratégica nas operações da PMGO.



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Conforme os dados do Gráfico 2, a maioria expressiva dos participantes 83,7% considera que os dados obtidos pela inteligência policial são efetivamente utilizados de forma estratégica nas operações da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Esse resultado evidencia uma percepção positiva quanto à aplicação prática das informações produzidas pelos setores de inteligência, demonstrando que os dados coletados não permanecem apenas em relatórios, mas são efetivamente transformados em ações operacionais concretas.

Além disso, 16,3% dos respondentes afirmaram que os dados são utilizados em parte, o que indica que, embora exista uma valorização da inteligência, ainda há margem para aprimorar sua integração total com o planejamento e a execução das atividades operacionais. Nenhum participante respondeu negativamente, ou seja, não houve registros de que os dados não são utilizados, o que reforça a relevância da inteligência no processo decisório da corporação.

Esses números sugerem que a PMGO tem avançado no uso da inteligência como ferramenta estratégica, o que contribui para operações mais eficazes, fundamentadas em evidências e alinhadas às necessidades reais do território. Segundo Oliveira e Santos (2020), a aplicação prática da inteligência nas ações policiais representa um marco de modernização institucional, pois permite a otimização de recursos, o direcionamento mais preciso das operações e a redução de ações improvisadas.

Dessa forma, a Tabela 6 reforça ao revelar que 93% dos policiais acreditam que o uso de tecnologias da informação tem facilitado sua atuação profissional, contra apenas 7% que consideram essa contribuição pouco perceptível.

Tabela 6 - A utilização de tecnologias de informação tem facilitado sua atuação profissional.

Classificação	n	%
Sim	40	93
Não	0	0
Pouco perceptível	3	7
Total	43	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A Tabela 6 demonstra que a grande maioria dos participantes 93% reconhece que a utilização de tecnologias da informação tem facilitado sua atuação profissional no âmbito da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Esse dado evidencia o impacto positivo que ferramentas tecnológicas têm proporcionado ao desempenho das funções policiais, especialmente nas atividades de inteligência, planejamento e execução de operações.

Nenhum dos respondentes afirmou que o uso de tecnologias não facilita sua atuação, o que reforça a percepção geral de que os avanços tecnológicos são essenciais para tornar o trabalho mais ágil, seguro e eficiente. Apenas 7% dos participantes consideraram essa facilitação pouco perceptível, indicando que, para uma pequena parcela, os benefícios ainda não são totalmente claros ou podem estar limitados por fatores como falta de treinamento, infraestrutura inadequada ou dificuldades na adaptação às ferramentas digitais.

Esses resultados revelam um cenário amplamente favorável à incorporação tecnológica no cotidiano policial, corroborando estudos como o de Moraes (2025), que destaca a importância das tecnologias da informação como aliadas na modernização da segurança pública. Ferramentas como sistemas integrados, bancos de dados, softwares analíticos e plataformas de comunicação em tempo real têm potencializado a tomada de decisão, a gestão da informação e a eficácia das ações no campo.

Por fim reforça a ideia de que o investimento em tecnologia e capacitação deve ser contínuo, assegurando que todos os profissionais possam usufruir plenamente dos recursos disponíveis e que tais ferramentas sejam integradas de maneira eficiente à rotina operacional da corporação.

Tabela 7 - Em sua percepção, o uso da informação estratégica, como: dados, relatórios e sistemas tem contribuído para a eficácia das ações de segurança pública?

Classificação	n	%
Sim	40	93
Não	1	2,3
Parcialmente	2	4,7
Total	43	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 7, a grande maioria dos participantes 93% respondeu que o uso da informação estratégica, como dados, relatórios e sistemas, tem contribuído para a eficácia das ações de segurança pública. Esse resultado evidencia uma percepção amplamente positiva sobre o papel da informação qualificada como ferramenta essencial para o planejamento, a prevenção e a execução das atividades policiais.

Apenas 2,3% dos respondentes consideraram que esse uso não contribui para a eficácia das ações, e 4,7% afirmaram que essa contribuição ocorre parcialmente. Esses percentuais, ainda que pequenos, indicam que há espaço para melhorias, especialmente no que se refere à uniformidade do uso estratégico da informação entre diferentes setores ou regiões da corporação.

Esses resultados revelam um cenário amplamente favorável à incorporação tecnológica no cotidiano policial. Segundo Oliveira e Santos (2020), que destacam a importância da integração tecnológica para subsidiar decisões estratégicas, e com Moraes (2025), que ressalta a utilização da informação como elemento fundamental para otimizar recursos e reduzir improvisações. Jorge (2022) também reforça que a articulação entre

inteligência e operações potencializa a capacidade preventiva e fortalece o vínculo com a comunidade, uma vez que possibilita ações mais direcionadas às demandas sociais.

Dessa forma, os dados apresentados demonstram que a informação estratégica tem sido efetivamente utilizada pela PMGO, contribuindo tanto para a eficiência operacional quanto para o fortalecimento da relação entre polícia e sociedade. Esse resultado atende ao objetivo da pesquisa ao confirmar que a inteligência não apenas gera conhecimento, mas também orienta decisões concretas que elevam a qualidade das ações de segurança pública em Goiás.

Com base na análise das tabelas e gráficos apresentados, conclui-se que a atuação da inteligência policial na Polícia Militar de Goiás (PMGO) é amplamente reconhecida pelos participantes da pesquisa como estratégica, integrada e facilitada pelo uso de tecnologias da informação.

Diante disso, a maioria dos respondentes demonstrou ter recebido capacitação específica e destacou a eficácia dos sistemas utilizados, como SINESP e RAI, no aprimoramento das ações operacionais. No entanto, foram identificados desafios importantes, como o excesso de burocracia, a dificuldade de acesso a dados atualizados e a falta de integração entre sistemas.

Ainda assim, os dados mostram uma percepção positiva quanto ao uso da informação estratégica na segurança pública, reforçando a importância de investimentos contínuos em capacitação, tecnologia e integração institucional para o fortalecimento da inteligência policial.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre os desafios da inteligência policial militar na Era da Informação, com ênfase na realidade da Polícia Militar de Goiás, permitiu identificar avanços significativos e, ao mesmo tempo, obstáculos importantes no uso de tecnologias e informações estratégicas no contexto da segurança pública. O estudo demonstrou que os profissionais que atuam ou já atuaram no setor de inteligência reconhecem a importância da integração entre áreas operacionais e o papel central das ferramentas tecnológicas no aprimoramento da eficácia das ações policiais.

Foi possível constatar que a maioria dos participantes recebeu capacitação técnica específica e avalia positivamente o uso de sistemas como SINESP e RAI. A percepção de que os dados obtidos pela inteligência estão sendo utilizados de forma estratégica nas operações confirma a efetividade dos investimentos em tecnologias da informação. Contudo, também

foram identificados desafios recorrentes, como a dificuldade de acesso a dados atualizados, o excesso de burocracia, a falta de integração entre sistemas e o baixo investimento em infraestrutura tecnológica.

A relação entre os objetivos propostos e os resultados alcançados mostra que a pesquisa atingiu seu propósito ao refletir sobre a realidade operacional da inteligência policial na atualidade. As respostas obtidas fornecem subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas à modernização da atividade de inteligência, valorização da capacitação técnica e otimização do uso da informação estratégica.

Conclui-se, portanto, que a inteligência policial é uma ferramenta indispensável para a segurança pública na atualidade. A continuidade dos investimentos em tecnologia, capacitação e integração institucional é essencial para consolidar um modelo de atuação eficiente, moderno e alinhado às exigências da Era da Informação. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e prático sobre a importância da informação qualificada como elemento central na construção de uma segurança pública mais eficaz e estratégica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018**. Legislação Informatizada - Dados da Norma. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e legislação correlata**. Niterói: Impetus, 2018.

GRECO, Marco Aurélio; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Direito e Internet: relações jurídicas na sociedade informatizada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.

HONORIO FILHO, Paula Dovana Simplicio; COSTA, André de Abreu. Populismo midiático: exploração midiática da criminalidade e a espetacularização do crime. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, n. 1, p. 160–181, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29377/rebsp.v12i1.390>. Acesso em: 22 jun. 2025.

JORGE, Higor Vinicius. **Direitos humanos, atuação policial e tecnologia e lei geral de proteção de dados**. São Paulo: Juspodivm, 2022.

MENDES, Angelita. **Integração de Tecnologias na Segurança Pública e Direitos Humanos**. Santa Catarina: Renaesp, 2018.

MORAES, Bernardo Cosenza. A utilização da inteligência policial militar na atualidade e os novos desafios impostos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 4674–4689, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19301. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19301>. Acesso em: 1 jun. 2025.

OLIVEIRA, Natanael; SANTOS, Cícero. **Integração de Bases de Dados e Interface Tecnológica para Apoio à Consciência Situacional na Atividade Operacional dos Órgãos De Segurança Pública**. Porto Alegre: Alex, 2020.

PAULA, Giovani; DANDOLINI, Gertrudes; SOUZA, João. **Tecnologia da informação e comunicação e as atividades de inteligência**. Santa Catarina: Revista Ordem Pública, 2012.

PERES, Lorielcio da Silva. **Tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda. 2016.

POLICIA MILITAR. **SspGo Registro de atendimento integrado**. 2024. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SCHILLER, Kurt. **A case of serving and protecting**, Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SOUSA, Rafael Rodrigues. **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, Material Genético, Digitais E de Drogas (Sinesp)**. Brasília; Curso de Alinhamento de Procedimentos de Polícia Judiciária e Perícia Criminal, 2018.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1) O respondente ao preencher o formulário certifica que participa de forma voluntária e gratuita, sem nenhum constrangimento, afirmando que tomou conhecimento de que a pesquisa seguirá os princípios éticos e sigilo dos dados necessários, prezando pelo seu uso exclusivamente científico.

- a) Concordo em participar
- b) Não concordo em participar

2) Qual é a sua graduação?

- a) Soldado
- b) Cabo
- c) 3º Sargento a 1º Sargento
- d) Subtenente
- e) Aspirante a Oficial
- f) 2º Tenente a 1º Tenente
- g) Capitão/ Major
- h) Tenente Coronel/ Coronel

3) Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

4) Há quanto tempo você está na polícia militar?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) 21 a 30 anos

5) Você atua ou já atuou em setor de inteligência da PMGO?

- a) Sim
- b) Não

6) Você já recebeu capacitação técnica específica em inteligência policial?

- a) Sim
- b) Não

7) Em sua experiência, a atuação da inteligência policial está integrada aos demais setores operacionais da PMGO?

- a) Sim
- b) Não
- c) Parcialmente

8) Como você avalia o uso atual de tecnologias (como SINESP, RAI, sistemas analíticos etc.) na inteligência policial da PMGO?

- a) Muito eficaz
- b) Parcialmente eficaz
- c) Ineficaz
- d) Não sei informar

9) Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pela inteligência policial militar atualmente? (Marque até duas opções)

- a) Falta de capacitação técnica especializada
- b) Falta de integração entre sistemas
- c) Baixo investimento em tecnologia
- d) Resistência interna à modernização
- e) Dificuldade de acesso a dados atualizados
- f) Excesso de burocracia

10) Você considera que os dados obtidos pela inteligência são, de fato, utilizados de forma estratégica nas operações da PMGO?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte

11) A utilização de tecnologias de informação tem facilitado sua atuação profissional?

- a) Sim
- b) Não
- c) Pouco perceptível

12) Em sua percepção, o uso da informação estratégica, como: dados, relatórios e sistemas tem contribuído para a eficácia das ações de segurança pública?

- a) Sim
- b) Não
- c) Parcialmente

13) Você gostaria de deixar algum comentário, sugestão ou observação sobre os desafios da inteligência policial na atualidade?